



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**Comissão do Plano e Orçamento**

**VIII LEGISLATURA**

**II SESSAO ORDINARIA**

**Assunto: Relatório das Actividades da Comissão do Plano e Orçamento referente ao ano de 2015**

**Maputo, Dezembro de 2015**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2015, primeiro ano da VIII Legislatura, a CPO, no cumprimento das acções inscritas no seu Plano de Actividades, realizou cerca de 30 Sessões Plenárias, tendo aprovado 07 pareceres. Recebeu Membros do Governo da República de Moçambique aquando da apreciação das Propostas do Plano Economico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) para 2016. Recebeu também Membros do Fórum de Monitoria do Orçamento, em encontros que culminaram com o envio de valiosas contribuições, desta Organização da Sociedade Civil, respeitantes às Propostas do PES e do OE para 2015 e 2016, bem como à Conta Geral do Estado de 2013.

No concernente às visitas efectuadas, no contexto interno, a CPO realizou visitas à Autoridade Tributária de Moçambique, ao Banco de Moçambique, à Electricidade de Moçambique (EDM) e à Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE) e às Províncias do País, onde visitou cerca de 25 distritos.

Para além destas actividades, a CPO recebeu diversas individualidades em representação de entidades nacionais e internacionais.

As actividades anteriormente descritas constam das sínteses (sessões plenárias), relatórios (visitas de trabalho), e memorandos (encontros com entidades), que se encontram no Secretariado da CPO para consulta.

A CPO considera o ano em análise bastante produtivo porquanto a maior parte das acções inscritas no seu Programa de Actividades de 2015 foram executadas.

## I. INTRODUÇÃO

O documento apresenta as actividades realizadas pela Comissão do Plano e Orçamento no âmbito das atribuições consagradas no Regimento da Assembleia da República.

O relatório apresenta a seguinte estrutura, organizada em sete capítulos:

- **Introdução:** apresenta a estrutura do documento;
- **Actividades realizadas:** este capítulo faz menção a pareceres, resoluções e relatórios de análise na especialidade preparados ao nível da CPO; aos encontros realizados com entidades externas, a participação da CPO em seminários e workshops; as visitas de trabalho realizadas às províncias do País, bem como a participação no exterior;
- **Orçamento:** especifica as dotações orçamentais atribuídas à CPO e à SADCOPAC, bem como as despesas efectuadas;
- **Assiduidade:** refere a participação dos membros nas actividades bem como os aspectos disciplinares;
- **Constrangimentos:** neste capítulo são arrolados os aspectos que terão tido um reflexo negativo na prossecução cabal das tarefas; e
- **Conclusão:** inclui os aspectos conclusivos e recomendações que se julgam necessárias com vista a uma efectiva actuação do órgão.

## II. ACTIVIDADES REALIZADAS

A CPO, durante o período em análise, realizou XX sessões, encontrando-se as respectivas sínteses no Secretariado da CPO. Dessas sessões importa destacar o seguinte:

### 2.1. Aprovação de Pareceres, Relatórios na Especialidades, Resoluções e Leis

Em cumprimento do Despacho de Sua Excelência Senhora Presidente da Assembleia da República, a CPO elaborou:

#### 2.1.1. Pareceres

- Parecer nº1/2015, de 03 de Abril, relativo à Proposta de Programa Quinquenal do Governo 2015-2019;
- Parecer nº 02/2015, de 21 de Abril, relativo às Propostas do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2015;
- Parecer nº 3/2015, de 18 de Maio, sobre a Conta Geral do Estado (CGE) de 2013;

- Parecer nº 4/2015, de 24 de Julho, relativo à Proposta de Lei que cria o Sistema de Crédito de Gestão Privada;
- Parecer nº 5/2015, de 24 de Julho, relativo à Proposta de Lei de Revisão da Lei nº14/2014, de 14 de Agosto, concernente à organização, funcionamento e ao processo da Secção de Fiscalização das Receitas Públicas, bem como do Visto do Tribunal Administrativo, tribunais administrativos provinciais e da Cidade de Maputo;
- Parecer nº 6/2015, de 25 de Julho, sobre a Proposta de Lei de Revisão da Lei nº24/2013, de 01 de Novembro, Lei Orgânica da Jurisdição Administrativa;
- Parecer nº 07/2015, de de Dezembro, relativo às Propostas do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016.

### **2.1.2. Projectos de Resolução**

- Resolução nº, de ....., que aprova a Conta Geral do Estado para 2013;
- Resolução nº.12/2015, de 14 de Abril, aprova o Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019;
- Resolução nº.15/2015, de 30 de Abril, aprova o Plano Económico e Social para 2015;
- Resolução nº ....., de ....., que aprova o Plano Económico e Social para 2016.

### **2.1.3. Relatórios na Especialidade**

- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei de Revisão da Lei nº 14/2014, de 14 de Agosto, Lei da Organização, Funcionamento e Processo da Secção de Contas Públicas do Tribunal Administrativo;
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei que cria o Sistema de Crédito de Gestão Privada;
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2016.

### **2.1.4. Leis**

- Lei nº.02/2015, de 07 de Maio, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2015;
- Lei nº xx/2016, de ....., que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2016.

## **2.2 O Presidente da CPO recebeu em audiência:**

### **2.2.1. Consultores da União Europeia**

No dia 09 de Maio, os Senhores João Pereira e Marc de Tollenaere, com o objectivo de colher subsídios num processo de elaboração de uma estratégia de intervenção no período de 2014–2020, junto dos países que beneficiam de ajuda no âmbito do crescimento e desenvolvimento sócio-económicos.

### **2.2.2. Consultores do Projecto PNUD**

No dia 14 de Agosto de 2012, o Dr. José Jaime Macuane e o Dr Padil Salimo, consultores do PNUD, com o objectivo de avaliar: i) o impacto do apoio providenciado pelo Projecto PNUD à Assembleia da República em geral, e à CPO em particular; ii) o desempenho do Assessor Técnico do PNUD Residente na Assembleia da República e iii) perspectivar o apoio para os anos seguintes.

### **2.2.3. Missão de Avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI)**

No dia 30 de Outubro do ano em curso, a Missão de Avaliação do FMI chefiada pela Senhora Doris Ross, integrando os Senhores Yuan Xiao, especialista na área fiscal e Patrick Gitton, especialista da área monetária acompanhados pelo Dr. Victor Lledo, representante do Fundo Monetário Internacional em Moçambique, com o propósito de apresentar a nova Chefe da missão bem como dialogar com o Presidente da CPO no sentido de acolher sensibilidades da Comissão e do Parlamento em geral sobre a implementação de políticas macroeconómicas com vista a impulsionar um crescimento económico sustentável.

### **2.2.4. Delegação da empresa British American Tobacco (BAT)**

No dia 20 de Novembro de 2012, o Director Geral, Dr. Gilbey Malatsi, o Director Financeiro, Dr. Lucas Francisco e o Director de CORA e Legal, Dr. Hugo Gomes, com o objectivo apresentar preocupações em torno da Proposta de Lei que altera o Código do Imposto sobre Consumos Específicos submetida à AR para apreciação e aprovação.

## **2.3 Visitas de trabalho**

### **2.3.1 Visitas de trabalho ao nível interno**

#### **2.3.1.1 Visita ao Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE)**

No dia 9 de Abril, a CPO manteve encontro com o Presidente do Conselho de Administração, Dr. Apolinário Panguene acompanhado pelos quadros da instituição. O encontro tinha como objectivos, acompanhar o progresso da implementação do Plano Estratégico e interagir com

a direcção da mesma para perceber a planificação/orçamentação, gestão financeira, reporte e auditorias efectuadas.

#### **2.3.1.2 Visita à Inspeção Geral das Finanças (IGF)**

Na visita à IGF, no dia 10 de Abril, a CPO manteve encontro de trabalho com quadros superiores liderados pela senhora Inspectora, dra. Carolina Nguenha. No encontro, levantaram-se várias questões, a destacar: i) o relacionamento com o Tribunal Administrativo e com os Parceiros de Cooperação; ii) o mecanismo de controlo dos medicamentos no Ministério da Saúde; a possibilidade da Conta Geral do Estado dar entrada na Assembleia da República em Março e não em Maio.

#### **2.3.1.3 Visita à Direcção Nacional do Património do Estado (DNPE)**

Na DNPE, a visita realizou-se no dia 16 de Abril, onde além do encontro realizado com a Direcção chefiada pelo respectivo Director Nacional, dr. Rodrigo César Mabote, a CPO visitou o laboratório do e-Inventário onde se inteirou do processo de cadastramento e controlo dos bens do Estado que irá garantir a transparência e eficiência na gestão dos bens do Estado.

#### **2.3.1.4 Visita ao Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF)**

No dia 16 de Abril, a CPO foi recebida pelo Director Geral, dr. Augusto Sumburane acompanhado pelos quadros da instituição. A visita tinha como objectivo acompanhar e compreender o progresso de implementação do e-SISTAFE para a gestão do Património do Estado.

Deste encontro, a CPO ficou a saber que o CEDSIF está a fazer um inventário geral que será anexo à Conta Geral do Estado de 2011; a concluir o Cadastro de Fornecedores e Empreiteiros, entre outras realizações que estão em curso no âmbito das reformas da gestão de finanças públicas.

#### **2.3.1.5 Visita ao Instituto Nacional de Estatística (INE)**

Na visita ao INE, no dia 17 de Abril, a CPO manteve um encontro com a delegação da Instituição, chefiada pelo Presidente, Dr. João Dias Loureiro, acompanhado pelos seus quadros, que tinha como agenda inteirar-se sobre o progresso da implementação do Plano Estratégico e interagir com a direcção da mesma para perceber como são efectuados os aspectos relativos à planificação/orçamentação, gestão financeira, reporte e auditoria.

## 2.3.2 Visitas de Trabalho às Províncias

A CPO efectuou de 02 a 21 de Agosto de 2015 visitas de trabalho às províncias, com a duração de 21 dias.

### 2.3.2.1 Distritos visitados

#### Zona Norte

- 02 a 07 de Agosto de 2015 - **Província de Niassa** - Cidade de Lichinga; Distritos de Majune, Muembe e Ngaúma;
- 07 a 14 de Agosto de 2015 - **Província de Cabo Delgado** - Cidade de Pemba; Distritos de Namuno, Ancuabe e Palma; e
- 14 a 20 de Agosto de 2015 - **Província de Nampula** - Cidade de Nampula; Distritos de Mossuril, Murrupula e Mogovolas.

#### Zona Centro

- 02 a 06 de Agosto de 2015: **Província da Zambézia** - Cidade de Quelimane; Distritos de Morrumbala e Mopeia;
- 09 a 11 de Agosto de 2015: **Província de Sofala** - Cidade de Beira; Distritos de Chemba e Maríngue;
- 11 a 15 de Agosto de 2015: **Província de Manica** - Cidade de Chimoio; Distritos de Tambara e Macossa;
- 17 a 21 de Agosto de 2015: **Província de Tete** - Cidade de Tete; Distritos de Marávia e Macanga;

#### Zona Sul

- 02 a 07 de Agosto de 2015: **Província de Inhambane** - Cidade de Inhambane; Distritos de Mabote e Jangamo;
- 07 a 12 de Agosto de 2015: **Província de Gaza** - Cidade de Xai-Xai; Distritos de Massingir e Mabalane;
- 13 a 17 de Agosto de 2015: **Província de Maputo** - Cidade da Matola; Distrito de Moamba e Boane; e
- 18 a 21 de Agosto de 2015: **Cidade de Maputo** - Cidade de Maputo; Distritos KaMavota, KaNyaka e KaMpfumu.

### 2.3.2.2 Objectivos das visitas

- Fiscalizar a actividade governativa, particularmente o cumprimento do Plano Económico e Social bem como a execução do Orçamento do Estado relativo ao ano de 2014 e ao 1º Semestre de 2015;
- Verificar o grau de execução do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) bem como os níveis de reembolso;

- Averiguar a aplicação dos recursos do Orçamento do Estado pelos distritos e municípios visitados, especificadamente, o Fundo de Investimento de Iniciativa Local, o Plano Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana,
- Visitar empreendimentos económicos e sociais com impacto no PES, no OE e no âmbito da aplicação dos 7 milhões de meticais (FDD);
- Recolher as propostas do PES e do OE da Província para 2016.

De realçar que nos encontros com os Governos Provinciais e nos distritos visitados, os Grupos de Trabalho verificaram no geral que o desempenho relativo ao período de Janeiro a Junho de 2015 foi satisfatório, não obstante algumas acções terem iniciado tardiamente devido a aprovação do PES e do OE 2015 apenas em Abril de 2015, situação que obrigou as instituições a funcionarem na base de orçamento reconduzido.

### **2.3.3 Visitas ao exterior**

#### **2.3.3.1 Participação na Reunião da**

O Senhor Presidente participou, nos dias 27 e 28 de Fevereiro de 2012 em Kigali, na reunião conjunta da Organização das Comissões das Contas Públicas dos Parlamentos da SADC (SADOPAC) e Associação das Comissões das Contas Publicas dos Parlamentos da África Oriental (EAAPAC) que tinha como objectivo avaliar as actividades já implementadas e considerar as actividades previstas no âmbito do projecto financiado pelo GIZ e pelo Instituto do Banco Mundial.

Neste evento foi decidido que:

- A Assembleia da SADCOPAC teria lugar na primeira semana de Setembro de 2012;

- A Conferência Conjunta da SADCOPAC sobre Responsabilidade/Prestação de Contas teria lugar na Namíbia, de 07 a 13 de Maio, incluindo a formação dos Secretariados das Comissões de Contas Públicas que se realizará logo a seguir à Conferência. Esta Conferência incidirá sobre: i) responsabilidade nacional; ii) responsabilidade social; iii) responsabilidade ambiental;
- A reunião conjunta SADCOPAC/EAAPAC teria lugar no Sudão do Sul.

### **2.3.3.2 Participação na Conferência de Prestação de Contas em Windhoek, Namíbia**

Decorreu de 06 a 12 de Maio de 2012, em Windhoek, Namíbia Conferência de Prestação de Contas e a formação dos secretariados das Comissões de Contas Públicas sob o tema: “ **Efectividade da Responsabilidade das Finanças Públicas na Região Austral e Leste de África**”, com os seguintes objectivos: i) promover a partilha de experiências e boas práticas entre os Presidentes dos PAC's seus assistentes e as Instituições Supremas de Auditoria para edificar uma rede eficiente e efectiva entre a SADCOPAC/EAAPAC; ii) fortalecimento da cooperação entre as Comissões e Instituições Supremas de Auditoria; iii) o Papel da Auditoria de Desempenho e seu impacto na boa governação e iv) fortalecer o Processo Público de Procurement para promover a transparência e Prestação de Contas.

Como recomendações da conferência importa realçar o seguinte:

- Que as reuniões conjuntas da SADCOPAC/EAAPAC devam continuar;
- Deve haver celeridade das Instituições que apoiam os trabalhos das PAC's;
- A participação de Moçambique nestas reuniões é importante para troca de experiências, embora haja diferença na legislação e sistema de prestação de contas;
- Existência de uma similaridade no processo de prestação de contas mesmo com figuras de auditoria diferentes, nomeadamente, Auditor Geral e Tribunal Administrativo ou Tribunal de Contas para os anglófonos e lusófonos, respectivamente;
- Necessidade de incluir o Tribunal Administrativo nas audições com o Governo; e
- Necessidade de responsabilização dos Ministros pelas irregularidades na execução dos orçamentos.

### **2.3.3.3 Participação na XII Conferência Anual da SADCOPAC**

## **Encontro do Conselho Directivo da SADCOPAC**

No dia 02 de Setembro de 2012 teve lugar a reunião do Conselho Directivo, que dentre vários assuntos, adoptou a Agenda da IX Conferência e da Assembleia Geral. De referir que para a conclusão da agenda, o Conselho Directivo reuniu ainda em Sessão Extraordinária no dia 05 de Setembro de 2007.

Dos temas apreciados ao nível deste órgão destacam-se os seguintes:

- **Demonstrações Financeiras Auditadas do exercício económico findo em 31 de Março de 2012:** As Contas foram auditadas pelo Auditor Geral de Malawi, R. A. Kampanje, que segundo o relatório de auditoria conduziu a auditoria de acordo com as normas internacionais das instituições supremas de auditoria e que na sua opinião as demonstrações financeiras espelham a realidade da posição financeira da instituição (SADCOPAC).
- **Designação de Auditores para as Demonstrações Financeiras 2012/2013:** Para a Auditoria das Contas relativas ao exercício em curso, foi deliberado manter o Auditor Geral do Malawi, R. A. Kampaje.
- **Orçamento da SADCOPAC para 2013/2014:** A SADCOPAC programou para este período um gasto de 264.532 USD contra os 226.428 USD do período de 2012/2013. O Orçamento conta com fundos próprios da SADCOPAC de 84.072 USD e com 187.500 USD a serem suportados pelo WBI e GIZ. As actividades programadas compreendem a realização de conferências, workshops de capacitação e formação, a manutenção da página website e apoio ao Secretariado da SADCOPAC, dentre outras acções.
- **Plano Estratégico e Plano de Negócio da SADCOPAC para 2013/2014:** Neste período será privilegiado o treinamento e capacitação para as áreas de *Procurement*, Auditoria de Desempenho, Fortalecimento institucional, Auditoria Financeira, Controlo Interno e a metodologia PEFA, dentre outras.
- **Relatório sobre a Preparação da Conferência Anual e Assembleia Geral Anual na RAS 2012:** Foi apresentado o ponto de situação dos preparativos da IX Conferência, destacando-se que Angola não participaria no evento devido à realização de eleições no seu país, a Suazilândia informou que não participaria e registou-se a ausência das Seychelles.
- **Regulamento Financeiro da SADCOPAC**
- **Anfitrião da Conferência da Responsabilização Financeira da SADCOPAC/EAAPAC em Maio de 2013**
- **Anfitrião para as Conferências e Assembleias Gerais Anuais de 2013 e 2014.** A República Unida da Tanzânia irá acolher a X Conferência e Assembleia Geral Anual de 2013.

- **Acta do Conselho Directivo realizada em 06 de Maio de 2012, em Windhoek, Namíbia**
- **Progressos Registados**
- **Relatório do Secretário Geral sobre o Progresso da SADCOPAC ao Conselho Directivo.**

Nesta reunião do Conselho Directivo, a representante substituta do Banco Mundial informou sobre a realização de formação conjunta a membros das PACs de Angola e Moçambique, a ter lugar em Maputo, de 15 a 17 de Novembro de 2012.

Decorreu de 01 a 07 de Setembro de 2012, no Mbombela Stadium (Nelspruit), em Mpumalanga, na República da África do Sul, a IX Conferência Anual e a Assembleia-Geral Anual da Organização das Comissões das Contas Públicas dos Parlamentos da SADC (SADCOPAC). Moçambique fez-se representar por uma Delegação da Comissão do Plano e Orçamento em representação da Assembleia da República, composta por 9 membros e 2 assistentes, bem como do Tribunal Administrativo, composta por 2 elementos.

A SADCOPAC é uma organização que, de acordo com a sua Constituição, tem como um dos objectivos partilhar as melhores práticas e inovações e, se necessário e possível, harmonizar e padronizar o trabalho das Comissões das Contas Públicas (PACs) na região da SADC e trabalhar com os governos e outros órgãos relevantes para satisfazer as expectativas das pessoas por uma governação segura e responsável.

Assim, a IX Conferência da SADCOPAC, subordinada ao tema “**Pelo Melhoramento da Eficiência das Comissões das Contas Públicas em Exigir dos Governos a Prestação de Contas no Uso da Coisa Pública**”, tinha como objectivos fortalecer as parcerias e relações com outras instituições de supervisão, de modo a fortalecer a fiscalização e responsabilização e rever as estratégias de participação pública, visando garantir que o engajamento do público, da *media* e de organizações da sociedade civil sejam claramente enunciados.

Do evento resultou a adopção da Declaração e da Resolução da IX Conferência Anual da SADCOPAC, documentos em que se apela aos Países membros a sua implementação, nomeadamente: a independência das Instituições Supremas de Auditoria (implementação da resolução A/66/2009 da ONU) e o desenvolvimento de auditoria de desempenho; munir as Comissões das Contas Públicas de orçamento capaz de cobrir as suas reais atribuições bem como de acções de capacitação e formação sobre matérias de sua competência.

### **2.3.4 Participação da CPO na Acção de Formação dos Deputados dos Países da Língua Oficial Portuguesa na SADCOPAC ( Angola e Moçambique)**

De 15 a 17 de Novembro de 2012, na Assembleia da República de Moçambique, decorreu a Acção de Formação dos Deputados das Comissões de Contas Públicas (PAC's) da SADCOPAC de Países de língua oficial portuguesa.

A formação incidiu sobre os seguintes objectivos:

- Desenvolvimento de competências para a verificação e escrutínio de auditorias financeiras e auditorias de desempenho;
- Incremento do conhecimento técnico em matérias de orçamentação com base no Cenário Fiscal de Médio Prazo e nas Metodologias de Avaliação de Sistemas de Gestão de Finanças Públicas (como por exemplo, PEFA<sup>1</sup> – Despesa Pública e Responsabilidade Financeira);
- Obtenção de um entendimento comum sobre as oportunidades e desafios que se colocam às Comissões das Contas Públicas na área de GFP;
- Melhoramento da capacidade de desenvolver e realizar pesquisas para os Parlamentares das PAC's e para desenvolver propostas de relatórios e pareceres que apoiem as actividades da Comissão.

Como seguimento das acções de formações recomendou-se para:

- Aumentar o período de formação, dada a importância e o volume das matérias ministradas;
- Enviar por *email* aos formandos, com a devida antecedência e sempre que possível, os documentos básicos de formação;
- Disponibilizar glossário técnico.

Os representantes da GIZ e do Instituto do Banco Mundial comprometeram-se em continuar a disponibilizar recursos para acções de formação, tendo referido que está prevista para Maio de 2013 uma outra acção de formação de modo a prover aos Senhores Deputados, os Secretários e/ou assistentes das PAC's de competências para análise das matérias de Finanças Públicas e responsabilidade financeira.

---

<sup>1</sup> Sigla em Inglês “ Public Expenditure and Financial Accountability”.

### 3. ORÇAMENTO

A dotação orçamental atribuída à CPO para 2015 foi de 6.618.000,00 Meticais e para o Grupo Nacional (SADCOPAC) de 1.750.000,00Mt. Refira-se que estes montantes cobriram os gastos referentes as ajudas de custos para as sessões que antecederam a V e a VI Sessão Plenária de Março e de Outubro, respectivamente, e às passagens aéreas e ajudas de custos para o exterior, conforme as tabelas abaixo:

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA CPO

MT

	DESCRICAO	DESPESA		SALDO
		Gasto	Peso s/ Gasto Total	
	<b>VALOR INICIAL</b>			5.956.200,00
1	Pagamento de ajudas de custos para Cabo Verde	66.096,00		
2	Pagamento de ajudas de custos para EUA	103.650,00		
3	Passagens aéreas para Londres	396.214,00		
4	Pagamento de ajudas de custos p/ Londres	138.554,63		
5	Pagamento de ajudas de custos p/ São Tomé e Príncipe	533.605,32		
6	Passagens aéreas visitas as províncias	436.569,00,00		
7	Ajudas de custos visitas as províncias	1.704.150,00		
8	Despesas de aluguer de viaturas para as províncias	2.100.930,00		
9	Outras despesas <sup>2</sup>	24.206,30		
10	Senha de presença (Sessão Ordinária da AR)	217.350,00		
<b>SOMA DO GASTO</b>				
<b>SALDO FINAL</b>				

**Fonte: Divisão de Finanças do SGAR- Mapa de Execução Orçamental da CPO 2015**

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SADCOPAC MT

	DESCRICAO	DESPESA		SALDO
		Gasto	Peso s/ Gasto	
	<b>VALOR INICIAL</b>			<b>1,575,000.00</b>
1	Passagens aéreas p/ Seychelles	674.300,00	5.00	900.700,00
2	Ajudas de Custos p/ Seychelles	1.135.370,88		(234.670,88)
3	Encargo Bancários	8.515,28		(226.155,60)

<sup>2</sup> Comissões bancárias, recargas giros e Vacina contra febre-amarela para a delegação de São Tomé e Príncipe.

<b>SOMA DO GASTO</b>	<b>1.818.186,16</b>	
<b>SALDO FINAL</b>		<b>(226.155,60)</b>

**Fonte: Divisão de Finanças do SGAR- Mapa de Execução Orçamental da SADCOPAC 2015**

#### **4. ASSIDUIDADE**

A participação dos membros foi boa.

#### **5. CONSTRANGIMENTOS**

Como constrangimentos, aponta-se:

- Oscilação permanente da linha de *internet* instalada;
- Insuficiência de recursos para atender à algumas reuniões, tais como a Reunião Anual da SADCOPAC/EAAPAC bem como o alargamento de número de membros nas conferências anuais da SADCOPAC.

#### **6. CONCLUSÃO**

Considera-se positivo o trabalho realizado pela CPO durante o ano de 2015, tendo em conta que todas as matérias a sí remetidas mereceram o devido tratamento, com a observância dos prazos preconizados na legislação bem como as actividades programadas.

**Maputo, Fevereiro de 2016**